



**CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
Liderança da Federação PSOL-REDE

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1287, DE 2025**

**Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº**

Substitua-se na Medida Provisória a expressão “apoio financeiro” por “reparação financeira”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A substituição do termo "apoio financeiro" por "reparação financeira" se justifica pela necessidade de reconhecer que o Estado tem responsabilidade na proliferação do vírus Zika e na consequente epidemia da síndrome congênita associada a essa infecção.

Conforme já estabelecido em precedentes legislativos, como a Lei nº 7.070/1982 (indenizações para vítimas da talidomida) e a Lei nº 9.425/1996 (indenizações para vítimas do Césio-137), o pagamento realizado pelo Estado em casos de epidemias ou desastres sanitários decorrentes de falhas estruturais deve ser tratado como uma reparação e não como mera assistência social.

O surto de Zika evidenciou falhas no combate ao vetor transmissor, o *Aedes aegypti*, que já era conhecido por sua relação com epidemias de dengue. Assim, ao invés de tratar a compensação financeira como um benefício assistencialista, é fundamental



caracterizá-la corretamente como uma forma de reparação por omissão estatal.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2025

**Deputada TALÍRIA PETRONE**

**Líder da Federação PSOL/REDE**

